



CIEA7 #2:

O DESPORTO NOS PAÍSES AFRICANOS: ENTRE AS PRÁTICAS COLONIAIS E OS PROJECTOS DE MODERNIDADE.

Augusto Nascimento[Ⓞ]

anascimento2000@gmail.com

Inércias sociais, liames afectivos e desafios políticos em torno do desporto em São Tomé e Príncipe na década de 1960¹

Esta comunicação versa sobre mutações políticas no São Tomé e Príncipe colonial na década de 1960. Nesta altura, e à margem da questão do poder, operaram-se mudanças no quotidiano de ilhéus e de serviçais por via de uma calada mas efectiva política mais paternalista da administração colonial, manifesta, por exemplo, na difusão do desporto que por esse tempo chegou às roças. Fora das roças, o desporto era uma actividade que, demandando participação, podia favorecer a afirmação identitária e política, mormente da parte dos ilhéus. Em sentido inverso e também pela sua dimensão afectiva, o desporto terá sido campo de tessitura de sentimentos favoráveis a Portugal e de contenção do sentimento anti-colonial.

Nesta comunicação, esboça-se uma análise destas dinâmicas políticas.

São Tomé e Príncipe, Futebol, Consciência política.

[Ⓞ] Investigador auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa. Colaborador do CEA- ISCTE-IUL e do CEAUP.

¹ **Versão resumida e provisória. Por favor, não citar.**

Este texto resulta da pesquisa empreendida no âmbito do projecto *Esporte, colonialismo e pós-colonialismo nos países africanos de língua portuguesa*, conduzido por Victor Melo, da UFRJ, e apoiado pelo CNPq. O texto apoia-se em testemunhos e em documentação arquivística.

INTRODUÇÃO

Nos anos 60, o mundo mudava. No arquipélago, em 1960, tiveram lugar as comemorações do centenário da morte do Infante D. Henrique. Em 1970, celebrou-se o quinto centenário da sua descoberta. Dir-se-ia que ambas as comemorações selavam um aparente imobilismo. Porém, também no arquipélago, o quotidiano a pouco e pouco deixava de ser hegemónico pelo ideário nacionalista justificativo da situação colonial. Um dos indícios dessa mudança foi o incremento do desporto.

No dia 11 de Junho de 1960, dia seguinte ao da *Raça*, teve lugar a inauguração da sede do Sport S. Tomé e Benfica, a que compareceu o governador e o respectivo séquito. Na sua alocução, aquele incitou os dirigentes do clube a prosseguirem na “Cruzada do Desportivismo a que tinham metido ombros, explanando o Significado Patriótico da prática dos Desportos a que o Governo não podia alhear-se”. Tratava-se de um discurso já coçado. Sem embargo da constância dos referentes ideológicos e dos motes políticos, os anos 60 iriam trazer mudanças em matéria de política social e de desporto. Continuando embora como um elo do vínculo emocional e político à metrópole, o desporto conheceria novas facetas, ocupando, progressivamente, maior espaço no quotidiano local.

Nesta comunicação, centrada nos anos 60, pretende-se, por um lado, perscrutar as práticas desportivas socialmente orientadas e politicamente confinadas e, por outro, continuar a discernir eventuais sentidos políticos e sociais do desporto no arquipélago em anos cruciais para o colonialismo português². Os anos 60 foram de progressivo abandono da ideia do desporto avulso e de efeito comemorativo. Fizeram-se tentativas de alargamento e institucionalização da prática desportiva, na qual, por entre conflitos e tensões silenciadas, os ilhéus tiveram ocasião de ter um papel.

Noutros termos, nos anos 60, o desporto pareceu conhecer um desenvolvimento impulsionado pelas autoridades, consonante com o desafogo social que aquelas quiseram emprestar ao ambiente no arquipélago. Mas esse percurso conheceu escolhos (alguns de contornos dificilmente decifráveis na documentação), que, decerto, se relacionaram com a distribuição de competências a vários sujeitos com aspirações a protagonismo no meio local.

Por um lado, o potencial do desporto na promoção da adesão afectiva à metrópole colonizadora não foi explorado pelo poder político por falta de argúcia, de convicção ou, ainda, por falta de meios. Por outro, nos anos 60, o desporto dificilmente terá sido veículo de consciencialização anti-colonial, conquanto se revelasse um meio

² O primeiro texto produzido no âmbito deste projecto, “Desporto em vez de política no São Tomé e Príncipe colonial”, contém uma síntese da evolução do desporto nos derradeiros decénios do colonialismo e apontam-se hipóteses de trabalho sobre a evolução do desporto no século XX.

propício a afirmações identitárias. Em última instância, provavelmente mais do que indiciar veios identitários com enorme potencial político, os dados apontam pistas para a administração de gentes num meio politicamente contido como o do São Tomé e Príncipe colonial.

O LASTRO HISTÓRICO

Em meados do século XX, a vida social no arquipélago caracterizava-se pelo marasmo. Até aos anos 50, a escassíssima aposta no desporto tinha que ver com a usura de braços e com trajectória de empobrecimento do arquipélago, que tendia a imprimir uma nota de atonia na vida colectiva. Com efeito, a usura de braços (incluindo europeus) e o lucro das roças sobrepunham-se a qualquer outro objectivo político e social, empobrecendo a terra.

Para além da obsessão com a usura do corpo produtivo dos serviçais africanos e malgrado a propaganda dos cuidados sanitários proporcionados nas roças, tais cuidados eram magros, condicionados, não só pela usura económica da terra e dos homens, como também pelas dificuldades económicas que eram pensadas quase exclusivamente da perspectiva da preservação das roças. A pulsão hegemónica das roças, desdobrada na tutela sobre os serviçais, determinava-lhes um quotidiano tendencialmente limitado ao labor, tendendo a reduzir o lazer e a circunscrevê-lo ao espaço das roças. Ao efeito da dominação dos roceiros, acrescia o da demarcação social procurada pelos ilhéus face aos serviçais. Por várias razões, não abundavam nem o tempo nem as oportunidades para o lazer na terra.

Na exígua cidade de São Tomé, onde se fora alienando o sentido de vida colectiva, o pensamento acerca do lazer e, em particular, do desporto era ralo e enformado pelos preconceitos ideológicos dos autoritarismos da época. Até aos anos 40, em Portugal, como noutros países europeus, os defensores da ginástica e da educação física opunham-se à inclusão dos desportos nas escolas. Enaltecia-se o adestramento de corpos para desempenhos produtivos e, concomitantemente, depreciava-se a (imaginada) desregulação social determinada pelas paixões dos jogos. Estes continham um elemento de incerteza, de desordem e de paixão avesso ao rígido escalonamento social, esteio do mundo. Enquanto ícone, a ginástica era mais apropriada ao ordenamento social que se julgava e se pretendia perene.

Em São Tomé, o potencial do desporto enquanto substituto do empenho político vedado aos são-tomenses fora percebido em finais dos anos 30. Nessa altura,

o associativismo desportivo foi mais usado para travar a politização dos ilhéus do que para cultivar o apego destes à metrópole. Na verdade, à luz das concepções vigentes do laço colonial, mais do que em apego ou até em fidelidade, o poder estava interessado em obediência e submissão.

Nos anos seguintes, os propósitos de fomento de uma sociabilidade urbana fundada no desporto cederam perante as dificuldades económicas, em parte derivadas da II Guerra. Apesar de se ir afirmando, a actividade desportiva não foi valorizada pelas autoridades nem pelo meio social, o que não invalida que aparecesse noticiada aqui e além no jornal local. Chegou-se aos anos 50 sem mudanças sensíveis no quotidiano da cidade, em parte também em resultado da atonia de um meio vergado à exportação das roças. Este panorama mudaria lentamente nos anos 60, não deixando, todavia, de se evidenciarem as dificuldades numa terra pequena e relativamente apartada do mundo nas décadas precedentes.

OS DESÍGNIOS DE CIVILIZAÇÃO DA TERRA ATRAVÉS DO DESPORTO

Nos anos 60, o programa político colonial mudou. A concepção paternalista do Estado posta em prática nesses derradeiros tempos do colonialismo passou por políticas de índole social, nas quais se contemplava o apoio à prática desportiva. Evidentemente, o desporto continuava a ser considerado um antídoto contra as ideias independentistas e, por isso, um factor de coesão política. Todavia, aflorava igualmente a noção de que um quotidiano mais diversificado seria um factor de pacificação social, nem de propósito, contrastante com a conflitualidade no mundo e, em especial, no continente africano.

Daí, a tentativa de indução da adesão ao desporto e, por conseguinte, de criação de um espírito desportivo, curiosamente, numa sociedade estreitamente tutelada, sem lugar à livre expressão das divergências e, ainda, pautada pela reverência e obediência, o comportamento social prezado por excelência. Note-se, os governantes nunca tinham forçado os roceiros a aceitar a doutrinação católica dos serviçais. Mas, nos anos 60, convidaram-nos a amparar materialmente o desporto dos serviçais. Já no tocante ao desporto federado, a praticar na cidade e mais aglomerados populacionais, as disposições governativas implicavam outorga de iniciativa e de regulação própria aos agentes desportivos.

Podia o campo desportivo apresentar-se como o domínio apropriado para a forçosa distensão social? Foi isso deliberadamente pensado pelas autoridades nos vários momentos? Numa sociedade onde se endeusara o trabalho a ponto de suprimir quase todo o espaço para a vida colectiva não religiosa ou popular (a vivência popular

era estigmatizada por subalterna e primitiva), terão as autoridades julgado que o campo desportivo podia ser o da possível aprendizagem da ética e do autocontrolo emocional necessário à convivência social nos novos tempos políticos, isto é, de conformação dos colonos e dos ilhéus a novas realidades?

Arredando o medo da irrupção das emoções e da sua projecção política, quereriam insinuar um sentido de justiça e (de ilusão) de partilha assente na aparente igualdade de oportunidades das competições desportivas, na medida em que entidades desportivas, quiçá emblemáticas de certos grupos sociais, conheceriam alternadamente os vários resultados? Pretender-se-ia insinuar a ideia de um necessário ordenamento social, fora como dentro de campo, simbolizado pelo esforço para competir e pela observância das regras do jogo, tão mais imperativo quando aumentava a desordem no mundo e, na visão dos colonos, nos países africanos recém-independentes?

Num quadro social (e político) propício a que a competição desportiva se tornasse uma emulação simbólica do despique social e racial, como conciliar eventuais propósitos socialmente homogeneizadores, civilizadores e modernizadores com as lógicas de distinção e de afirmação social que passavam pelo desporto?

Os propósitos das autoridades eram mais desencontrados e improvisados do que uma leitura simplista da trajectória política do arquipélago tenderá a sugerir. Em todo o caso, para lá do que o seu aparecimento na vida social denotava de influência exógena, o desporto tornou-se um instrumento de desenho social, de outorga de pequenas liberdades e regalias que, despiciendas para os olhos de hoje, não o eram para os que delas usufruíam, designadamente nas roças.

O desporto era um símbolo de progresso, atractivo e mobilizador de esforços. Trazia, por isso, a ser um meio de enleamento político dos ilhéus. Factores conjunturais e relacionados com a evolução cultural no mundo tornaram o desporto e, em particular, o futebol especialmente azados enquanto instrumentos de insinuação política e de administração de indivíduos. Porventura também em resultado do contágio dos sucessos do futebol português, assistiu-se em 1964 à aposta na expansão da actividade futebolística no arquipélago. Destacam-se o alargamento do campeonato provincial, assim como a realização do campeonato militar e do designado campeonato corporativo.

O campeonato provincial disputava-se desde 1945, ano em que concorreram os quatro clubes filiados na Associação de Futebol de São Tomé, a saber, Grupo Desportivo da Associação dos Empregados do Comércio e Agricultura (AECA), Andorinha, Sporting e Sport Lisboa e S. Tomé, depois Sport S. Tomé e Benfica. É possível que já em anos anteriores se tivessem disputado campeonatos entre estes

clubes, conquanto prejudicados por deficiências organizativas e dificuldades económicas, factores que continuaram a pesar na actividade desportiva por todos estes anos.

Porém, em 1964, o campeonato provincial de futebol contou pela primeira vez com a presença de quatro clubes das vilas, a saber, o Futebol Clube das Neves, o Trindade Futebol Clube, o Clube Desportivo de Guadalupe e o Santana Futebol Clube. Portanto, às equipas da cidade, que, no imaginário local, emulavam os quatro grandes da metrópole, juntavam-se clubes representativos das localidades da ilha de São Tomé. Tratava-se de uma novidade com impacto não desprezível no quotidiano de localidades onde os meios modernos de lazer não chegavam.

Adivinha-se a indução governamental para esta novidade que, de resto, se revelaria efémera. O campeonato foi objecto de um acompanhamento jornalístico irregular no semanário da terra, próximo nas primeiras jornadas, depois muito mais esporádico.

Meses antes, a extensão da prática futebolística estendera-se a outros sectores da sociedade. Com efeito, em Abril de 1964, organizado pelo Comando Territorial Independente de São Tomé, decorria o primeiro campeonato militar de futebol. Competiam a Companhia de Polícia Militar, o Pelotão de Artilharia, a Companhia de Caçadores 446 e a Companhia de Caçadores de São Tomé. Os jogos disputavam-se às quintas-feiras no estádio da cidade. Num certo sentido, o aparecimento deste primeiro campeonato militar pode ser relacionado com o forjar de um campeonato corporativo. De repente, o meio são-tomense parecia tocado pelo propósito de difusão do desporto.

AS INÉRCIAS SOCIAIS E ADMINISTRATIVAS

Nos anos 50, organizaram-se serões para trabalhadores das roças. Passado o primeiro impacto, estes serões culturais e artísticos terão perdido o seu élan. Nos anos 60, passou-se a prezar o desporto enquanto item de integração social e de melhoria das condições de vida, o que significava, por exemplo, aceitar que o tempo livre do serviçal podia ser preenchido com exaltação emocional causada pela fruição de um jogo, na circunstância, fora da roça e, não menos significativo, na cidade.

Em 1964, o Estado, através do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social (doravante ITPAS), arrancou para a realização do primeiro campeonato corporativo³. Existiam alguns precedentes e é de crer que, por esse tempo, numa ou

³ A exposição subsequente baseia-se na consulta do dossier relativo à realização desses eventos nos seus três primeiros anos levado a cabo pelo ITPAS, cf. Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe

noutra roça se praticasse o futebol nos tempos livres. Aliás, alguns serviçais jogavam nos clubes.

O ITPAS dirigiu-se, não aos serviçais, mas aos roceiros ou administradores das roças, pedindo-lhes a sua colaboração. Por outras palavras, convocou-os para desempenho social, de que, supostamente, as roças beneficiariam, desde logo por estreitarem os laços com os seus serviçais. O laconismo da maior parte das respostas, negativas, não revela muito, mas podemos intuir algo do que perpassou no espírito dos roceiros convocados para um desempenho social assaz diverso da costumeira condução dos trabalhos das roças.

Os requisitos eram dois, a saber, dispor de equipas e de campo. Muitas roças alegaram não ter jogadores suficientes para formar equipas, por não os haver em número suficiente ou por falta de motivação para participar no campeonato. Noutros casos, além de equipa, faltava o campo. Um dos roceiros louvava a ideia, quer pelos benefícios “para o aperfeiçoamento físico dos trabalhadores”, quer pela “excelente distração, tanto para eles como até para nós”. Porém, entre os serviçais dessa roça não existiam jogadores, salvo um que se increvera pelo Sport S. Tomé e Benfica.

Inicialmente, cogitou-se a atribuição dos vários desempenhos aos serviçais, incluindo o da arbitragem. Porém, de acordo com a opinião dos roceiros, não existia pessoal para formar equipas de arbitragem. Não havia jogadores, assim como não havia “elementos nem civicamente, nem tecnicamente preparados” para a tarefa de arbitragem. Apenas um cabo-verdiano de *Água-Izé* parecia capaz desse papel.

Uma leitura ideologicamente motivada poderia redutoramente considerar que esta iniciativa governamental ensaiava prolongar a tutela das roças. Na realidade, podendo resultar num reforço dos laços com as roças, a organização através das roças visava obter recursos das roças para apoio às suas equipas, nomeadamente no tocante ao transporte, equipamentos e outras necessidades.

Eventualmente até ao arrepio das intenções governamentais, o campeonato não deixava de reflectir a disjunção entre o mundo das roças e o espaço físico e social sobrance. Pretendendo ser um campeonato corporativo, era, efectivamente, um campeonato das roças. Os empregados do comércio e da agricultura – “representados” pelo referido seu grupo desportivo que, a espaços, disputava competições com os outros clubes –, não queriam bater-se desportiva e simbolicamente com serviçais das roças. Declinando o convite do ITPAS, também endossado à Casa dos Pescadores, o Sindicato Nacional dos Empregados do

(AHSTP), Fundo do ITPAS, Serviços de Trabalho e Previdência. Correspondências recebidas e expedidas referente ao campeonato corporativo de futebol de S. Tomé e Príncipe [1964-1966]. A apresentação de outros dados baseia-se igualmente noutra documentação do AHSTP, assim como na imprensa da época e em entrevistas orais.

Comércio e Agricultura (sucedeu da AECA) informou não dispor ao tempo de grupo organizado, pelo que não podia participar no campeonato corporativo.

Em São Tomé, para o campeonato inscreveram-se as roças *Uba Budo*, *Boa Entrada* e *Colónia Açoriana*. Com o regulamento publicado a 10 de Setembro, o campeonato veio a realizar-se em Outubro e Novembro. Atentas as circunstâncias, apenas se exigiu o exame médico prévio dos atletas. No Príncipe, o campeonato corporativo começou mais tarde, sendo os jogos menos espaçados para se poder disputar a final entre fins de 1964 e princípios de 1965.

Inicialmente, previra-se uma só mão, mas as administrações das roças *Porto Real*, *Bela Vista* e *Sundy* queriam duas mãos ou, no caso de um só jogo, sugeriam a sua realização no Príncipe a 17 de Janeiro, data comemorativa da descoberta da ilha. Apesar das dificuldades logísticas, decidiu-se efectuar a final em duas mãos. Na primeira mão, a equipa de *Colónia Açoriana* bateu a de *Porto Real* por 4-2. Dada a novidade do embate, o natural entusiasmo e a inexistência de vedação do campo levou os espectadores a irem paulatinamente estreitando o rectângulo de jogo. Em São Tomé, no estádio Sarmento Rodrigues, a *Colónia Açoriana* venceu *Porto Real* por 2-1.

Como que reproduzindo a organização corporativa, da comissão fiscalizadora do campeonato faziam parte representantes do SNECIA e da Casa dos Pescadores, por um lado, e dos Grémios da Lavoura e do Comércio e Indústria, por outro, presidindo o Inspector-chefe do ITPAS. *Filhos da terra*, como Óscar Santos, Quintero Aguiar e António Aguiar, desempenhavam o papel de árbitros.

Na sociedade colonial que, não obstante as mudanças, se pretendia imutável, a preservação do ordenamento social e a valia simbólica da disciplina estavam acima de noções como a da separação de jurisdições entre os vários campeonatos. Por isso se opinou no sentido da observância de uma suspensão de um ano aplicada a um jogador do Futebol Clube das Neves pela Associação Provincial de Futebol no campeonato corporativo, apesar de este campeonato não estar sob jurisdição daquela Associação. A informação foi a de que, a bem da disciplina desportiva – na verdade, da disciplina social –, o castigo devia ser cumprido e o jogador impedido de jogar pela equipa da roça *Colónia Açoriana*. O ITPAS não queria abrir precedentes que pusessem em causa a disciplina no “desporto seja ou não de índole corporativa”, mantendo o castigo de um ano, “a bem do respeito que nos devem merecer as instituições que superintendem nas actividades desportivas da Província”.

Terminado o campeonato, o ITPAS começou nesse mesmo Janeiro de 1965 a preparar o segundo campeonato corporativo aprazado para Abril. De novo se consultaram as roças com vista o seu eventual concurso. Nalgumas, dado o número

reduzido de trabalhadores, não se conseguia formar uma equipa. Mais uma vez o SNECIA lamentou não se poder fazer representar no campeonato corporativo de futebol.

Em todo o caso, a realização do primeiro campeonato animou à participação de outras roças. À *Colónia Açoriana*, *Boa Entrada* e *Uba Budo*, juntaram-se *Água-Izé*, *Rio do Ouro* e *Praia das Conchas*. Para esta segunda edição, fizeram-se cartões com fotografias, os quais emprestavam solenidade à competição e estatuto aos jogadores. Os representantes das equipas, indicados pelas administrações das roças, foram convidados a assistir ao sorteio do calendário. Segundo o regulamento, da direcção do campeonato corporativo faziam parte representantes dos grémios, da Lavoura bem como do Comércio e Indústria, por um lado, e do Sindicato e da Casa dos Pescadores, por outro.

Pediu-se ao Grupo Desportivo de Guadalupe a cedência do seu campo para a equipa da *Praia das Conchas* disputar os seus jogos, cujo horário – domingos, às 9h – em nada colidia com o dos jogos do campeonato provincial disputados pelo clube da vila. Idêntico pedido se formulou à roça *Uba Budo* para a utilização do seu campo pela equipa de *Água-Izé* que não dispunha de campo, o que foi aceite tanto para jogos como para treinos. Diga-se, nas décadas anteriores, dificilmente tal pedido teria sido formulado e aceite.

Aprazou-se para 4 de Abril o início da competição, efectivamente iniciada a 25 de Abril. Sob proposta da direcção da prova, por despacho de 21 de Abril, o governador aprovou uma amnistia geral das sanções determinadas no decorrer do I campeonato. Em São Tomé, o II campeonato contava com 110 atletas inscritos. No Príncipe, o número de jogadores inscritos nos campeonatos corporativos de 1964 e de 1965 foi de 71 e 89, respectivamente.

Eram as propriedades que falavam com a direcção da prova ou, mais concretamente, com o presidente do ITPAS a propósito dos vários assuntos desde a dificuldade de campo aos equipamentos. Em 31 de Março de 1965, em missiva ao administrador da *Boa Entrada*, o presidente do ITPAS registava a sua surpresa por ter julgado que estariam vencidas as dificuldades da roça com equipamento verificadas na primeira edição do campeonato. Lamentava a persistência de tais dificuldades, tanto mais que o poderio económico da roça não se coadunava com a falta de quinze pares de meias e de botas. Mais, o ITPAS não autorizava a participação de jogadores descalços a representar a roça, onde, aliás, sempre se atendera “à vida recreativa dos trabalhadores”, o que não era falso. Porém, desta feita o proprietário falhara no cumprimento da promessa de envio de meias e de botas. Por fim, devem ter chegado as botas e as meias.

Na II edição do campeonato corporativo, a uma menos apressada preparação correspondeu o ensejo de tornar excludente as participações no campeonato provincial e no corporativo. Não sucedera assim no I campeonato, mas veio a determinar-se que os serviçais inscritos como jogadores dos clubes não integrariam as equipas “representativas” das roças. Na falta de elementos, é difícil opinar sobre as motivações de uma tal decisão, mas a colisão de jurisdições e de interesses era algo que o mundo das roças e a respectiva tutela tendiam a evitar.

O campeonato corporativo passou a integrar o naipe dos eventos desportivos no arquipélago. O III campeonato corporativo realizou-se em 1966, uma vez mais sem a equipa do SNECIA. Em São Tomé, participaram *Boa Entrada*, *Uba Budo*, *Rio do Ouro*, *Água-Izé* e *Praia das Conchas*.

Em 1966 surgiu a questão da responsabilidade pelos acidentes sofridos nos jogos ou aquando do transporte, dos quais resultasse aleijão ou incapacidade para o trabalho. A questão passou por saber se os campos desportivos eram locais de trabalho. Parecia que sim, atentas as obrigações das roças respeitantes à saúde – segundo o Código do Trabalho Rural, as empresas deviam desenvolver a força e a saúde dos seus trabalhadores pela prática de desportos que facilitassem a livre expressão das suas forças e os dotassem de novas qualidades de iniciativa e de emulação – e até pelo “relativo interesse directo por parte da empresa numa boa classificação do seu grupo desportivo”. Porém, a decisão sobre se um acidente nessas circunstâncias era “um acidente de trabalho” competia ao tribunal. Logo, o ITPAS sugeriu que os jogadores/serviçais deviam estar segurados para que as roças ficassem isentas de responsabilidades.

De certo modo, a tutela do Estado sobre o futebol corporativo tornou-se mais gratificante do que a actividade desportiva conduzida autonomamente pelos clubes. A equipa de *Uba Budo* teve direito a participar nos jogos corporativos no Porto, o que, no plano individual, se terá revelado bastante gratificante.

Em Outubro de 1967, realizaram-se na cidade do Porto os II Jogos Corporativos do Trabalho. A província esteve representada pela equipa de *Uba Budo*, vencedora do campeonato corporativo desse ano. Na equipa, alinhava Lela, jogador de craveira, que, dizia-se, durante muitos anos fora “figura querida do futebol oficial santomense” e que via surgir a possibilidade de se exhibir para o público metropolitano. Na realidade, este serviçal cabo-verdiano representara o S. Tomé e Benfica. Diga-se, ainda hoje o seu desempenho futebolístico é recordado por são-tomenses.

Depois, as notícias sobre o torneio corporativo escassearam. No jogo de estreia, *Uba Budo* perdeu com a da *Central de Cervejas* por 4-2 mas, narrou-se,

rubricou excelente exibição. Porventura não menos significativo, o ministro das Corporações e Previdência recebeu a equipa de São Tomé e Príncipe.

Em meados de 1967, o circunspecto e oficioso jornal *A Voz de S. Tomé* teceu um balanço do “Desporto corporativo”. Era dito, todos os governos vinham prestando atenção ao desporto no trabalho, um meio indispensável ao revigoramento físico e moral dos trabalhadores. Teorizava-se sobre os efeitos benéficos do trabalho no tocante à quebra da monotonia e ao reavivar do espírito contra o “amolecimento físico ou intelectual”. Por isso, em colaboração com as roças, enveredara-se pela promoção do desporto tendo em vista a “saúde moral e física” dos trabalhadores. Já não se tratava de preparar o corpo produtivo, tratava-se de compagnar o discurso local do regime com o patamar de direitos e de solicitude que o paternalismo das autoridades permitia abraçar.

Dizia-se, as entidades patronais não se tinham poupado a esforços no sentido de proporcionar meios para a prática do futebol. A *Companhia da Ilha do Príncipe* mandara fazer um campo em Água-Izé, a *Companhia Agrícola Ultramarina* tinha um em Uba Budo. Em São Tomé, em 1964, apenas tinham concorrido 3 equipas. Em 1965, mais 3 equipas. Em 1966, apenas 4 equipas, *Água-Izé*, *Boa Entrada*, *Rio do Ouro* e *Uba Budo*, tinham participado. Em 1967, tinham concorrido 5 equipas, tendo vencido *Rio do Ouro*, seguindo-se *Água-Izé*, *Colónia Açoriana*, *Uba Budo* e *Boa Entrada*. Passando em revista o futebol praticado ao longo de quatro épocas, evidenciava-se o nível crescente dos desafios do ‘corporativo’, registando-se “um progresso extraordinário, tanto no que se refere à condição física dos atletas, como, e muito especialmente, no que respeita à disciplina do próprio jogo.”

Para além dos resultados dos concorrentes, conseguiu-se “o fim almejado: o revigoramento dos atletas”. Aliás, o desporto concitara a adesão destes. Por várias circunstâncias, não fora possível os dirigentes da roça *Colónia Açoriana* inscreverem o grupo desportivo no campeonato de 1966 e o mesmo impedimento se apresentara para o de 1967. Um grande número número de trabalhadores, incluindo mulheres, subscrevera um abaixo-assinado ao administrador da roça. A administração da roça acabara por envidar esforços junto do ITPAS para a inscrição tardia no campeonato de 1967.

Em 1968, voltou a realizar-se o campeonato corporativo de futebol. Em São Tomé participavam quatro roças, a saber, *Boa Entrada*, *Uba Budo*, *Água-Izé* e *Santa Margarida*. No Príncipe competiam outras tantas equipas, *Bela Vista*, *Porto Real*, *Paciência* e *Sundy*, as mesmas que disputariam o campeonato corporativo na ilha em 1969.

A prática do desporto colocava problemas relativos aos recursos disponíveis individual e colectivamente (como vimos, eram limitadas as possibilidades de locomoção de equipas). Daí a importância da acção tutelar do ITPAS e, num sentido mais amplo, do Estado, por exemplo, para transporte das equipas de avião de uma ilha para a outra. Pontualmente, esta orientação política de incentivo ao desporto poderia interferir na determinação dos serviços sobre a sua vida. Em todo o caso, as possibilidades de escolha de que estes gozavam nesta altura eram incomensuravelmente maiores do que o tinham sido nas décadas precedentes.

Ainda assim, nem no campo desportivo a orientação paternalista da actuação da administração colonial lograva homogeneizar o espaço das roças com o restante espaço social, o da *terra* de colonos e de ilhéus.

OS LIAMES AFECTIVOS E OS DESAFIOS POLÍTICOS PROJECTADOS NO DESPORTO

Podemos supor, a atractividade do jogo terá jogado um papel importante na adesão às práticas desportivas e, mais concretamente, ao futebol. Da mesma forma que essa adesão não tinha de ser politicamente pensada e assim consciencializada pelos ilhéus (bem como pelos serviços, desde logo disso desincentivados pela sua condição de contratados), também o poder não terá tirado todos os dividendos supostamente possíveis a partir do vínculo afectivo com a metrópole e os seus símbolos tecido pelo desporto.

Entre os colonos, a adesão dos africanos motivou considerações acerca da vertente civilizadora do desporto, considerações que pretendiam realçar o papel dos colonos enquanto agentes difusores dos signos da civilização. Porém, à margem de tal etnocentrismo, a adesão dos africanos ao desporto dependia, sobretudo, das possibilidades de que estes dispunham, ou não, para cultivar o gosto e a apetência pela prática desportiva, integrando-a no seu quotidiano. Em contrapartida – e repetindo-nos –, essa adesão não seria pensada politicamente.

Diga-se, parte do viés e do erro de certas leituras históricas deriva de uma politização forçada de formas de vida que não primavam por um claro intuito político. Vejamos, embora o desporto não suscitasse necessariamente processos de consciencialização política e social, a diversificação de papéis e a complexificação de relacionamentos dele decorrente podia mais facilmente evidenciar a injustiça das assimetrias sociais. Em conjugação com a influência da conjuntura política, poderia desenhar-se uma consciência tendencialmente politizada. Mas, também em virtude do contra-fogo ideológico colonial, não era claro que tal fosse um resultado necessário.

Os conflitos relativos ao desporto, a resolver nas instâncias jurisdicionais desportivas, poderiam não ser politizados. No arquipélago, poderiam até ser fulanizados.

Os conflitos podiam eclodir em nome da universalidade de princípios e da homogeneidade social a que, dentro de campo, todos estavam cingidos. Podia não ser assim ao início, quando poderia pesar a reverência perante o *branco* aprendida noutros domínios da vida social. Mas, no domínio desportivo, a homogeneidade tendia a impor-se como regra, suscitando manifestações de desagravo contra a eventual réplica da subalternização social dentro de campo. Ou seja, contidas pelas regras do desporto, as clivagens raciais podiam irromper em caso de inobservância injustificada (e injusta) das premissas da prática desportiva, mormente as de cariz normativo. As clivagens sociais e raciais, tendencialmente coincidentes, podiam igualmente manifestar-se sob a forma de uma barganha implícita, que os propósitos paternalistas do poder ajudavam a suscitar, por exemplo, a propósito da existência ou da falta de condições para a prática desportiva (já da parte dos colonos, manifestar-se-ia a tentação de explicar o “atraso” do desporto pela pouca dedicação dos atletas, na sua maioria ilhéus).

Apesar do crescente lugar na sociedade são-tomense, onde eram associados ao progresso ou ao bem-estar, o desporto e, concretamente, o futebol conheciam percalços. Afinal, era mais fácil organizar eventos desportivos ocasionais, caso dos ralis, do que competições que se prolongavam no tempo e que requeriam infra-estruturas, normalidade institucional e participação social.

Supostamente útil para cultivar laços políticos ou evidenciar novos desempenhos sociais, o desporto servia também para vincar desenhos sociais. Na verdade, os desportos veiculavam pertenças – no tocante às roças, um efeito obtido não apenas entre os jogadores mas também entre os demais trabalhadores –, podendo ser igualmente trampolim de afirmação identitária e de uma distinção social.

Nas ilhas, a afirmação social (etnocêntrica) dos colonos no domínio fez-se muito tardiamente e pela prática de desportos inacessíveis aos africanos, caso da pesca, do tiro e do automobilismo. Se a pesca em barco pareceu ocasional, já o tiro não só concitava interesse, como se afirmou uma actividade propícia ao retoque das relações de género. Porventura com maior frequência do sucedido em ralis, os torneios de tiro registaram o concurso de senhoras. Alguns destes concursos eram abertos a sócios e a não filiados nos clubes organizadores, mas é de crer que os colonos compusessem a larga maioria, quando não a totalidade, dos concorrentes, o mesmo sucedendo com os ralis.

Diga-se, nem pela assimetria social que ostentavam, os desportos motorizados deixavam de cativar imenso público. Os ralis foram aumentando em extensão e em

complexidade, compreendendo provas de estrada e provas de perícia que, dizia-se constantemente, atraíam muitos espectadores, a quem, evidentemente, interessariam mais as vicissitudes das corridas do que o respectivo significado social.

Num arquipélago onde se controlava a comunicação com o mundo, as práticas desportivas não deixavam de insinuar uma ideia da evolução do mundo e da terra, que o poder pretendia emocionalmente ligada à metrópole, mormente através do paralelismo da evolução dos eventos desportivos. Noutros termos, apesar da pouca sofisticação das mensagens – por exemplo, nos anos 60 as fotografias eram quase só de dignitários políticos – e da comunicação rarefeita – as referências não são constantes, por vezes aparecem, noutros casos passam-se meses sem que surja no jornal uma menção a eventos desportivos nas colónias –, o desporto serviu para os propagandistas do regime interpretarem o mundo e traçarem fronteiras políticas, dentro das quais, ao tempo, incluíam todos, sobretudo, colonos e ilhéus.

Pela comunhão de emoções, o desporto servia para a cerzidura de sentimentos nacionais, de integração na nação e do acesso à cidadania pela participação no progresso. Na primeira metade da década de 1960, sob o primeiro impacto da guerra, os clubes mobilizaram-se no apoio directo ou indirecto às forças empenhadas na guerra em Angola. Depois, avultariam outras causas. Em 22 de Dezembro de 1966, no dia seguinte ao dia de S. Tomé, realizou-se uma festa de homenagem a Vicente, integrada, disse-se, na grande manifestação de solidariedade ao ex-jogador do Belenenses e da Selecção. No estádio Sarmiento Rodrigues teve lugar um encontro de futebol entre um misto do Comando Territorial Independente e o misto de São Tomé que jogara contra o ASA de Luanda. Quem recusaria associar-se a um tão tocante fim, estando em causa Vicente?

O espaço nacional e a pertença à nação eram igualmente interiorizados pela referência a eventos desportivos em Lisboa ou em Lourenço Marques e, concretamente, pela disputa por clubes ou indivíduos ultramarinos de títulos nacionais. Já em 1968, a província de São Tomé e Príncipe foi integrada na disputa da Taça de Portugal, tendo o campeão provincial disputado uma eliminatória com o representante de Angola.

A pertença à nação fazia-se também pela réplica local da emoção ligada à rivalidade desportiva matricial na metrópole. Susceptível de ancorar adesões afectivas – a que alguns atribuiriam conotações políticas –, talvez o desporto tenha sido um dos domínios da vida social em que, embora tardiamente, o mimetismo da metrópole mais se evidenciou.

O escopo temporal considerado neste texto não permite responder à questão da afirmação, ou não, de uma idiosincrasia cultural através da prática do desporto ou,

mais concretamente, do futebol. Por maioria de razão, tal aplica-se a uma identidade politizada. Afinal, o Sporting – invariavelmente referido como *cadinho* da consciencialização política anti-colonial – não era um clube só de *filhos da terra*, conquanto, aparentemente, a maioria destes simpatizasse e quisesse representar o Sporting. Admitamos, ainda assim, que no clube, onde se reunia parte da juventude da terra, ocorriam conversas sobre o percurso de África e da situação colonial.

O percurso dos clubes pareceu muito errático e contingente – por exemplo, em 1969, o Sporting desistiu de competir no Torneio de Preparação, facto pouco consentâneo com o seu historial – para se poder traçar, com referência ao desporto, linhas divisórias entre as áreas sociais de recrutamento de adeptos e as correspondentes marcas identitárias. Afinal, e para além do efeito agregador do desporto, a micro-insularidade e a interacção social intensa suscitariam motivos de dissensão entre os responsáveis dos clubes e as autoridades, que importa não encarar a esmo como conflitos ou ecos de conflitos políticos.

Existiria alguma afirmação identitária, nos termos da época, subliminarmente racial, mas de contornos ténues. Uma das mais importantes figuras da terra encabeçara o Benfica local e as equipas contavam com elementos de diferentes fenótipos e origens. À época, o Sport S. Tomé e Benfica – filial nº27 do Sport Lisboa e Benfica – poderia ser seria um esteio da afirmação da identidade dos colonos. Numa lógica concordante com a evolução política, a equipa viveu do concurso de jogadores serviçais e ilhéus. Curiosamente, o clube esteve durante anos sob a batuta de um advogado cabo-verdiano, dito o *1º Benfiquista de S. Tomé* e a *alma mater* do clube. Figura de destaque social no meio local, chegou também a ser presidente da Associação Provincial de Desportos. Os restantes sócios reconheciam-lhe a dedicação ao clube – só compreensível enquanto projecção da afeição pelo Benfica de Lisboa –, tendo-o aclamado como sócio honorário quando, em 1967, trocou o arquipélago por Angola.

Por outras palavras, na esteira da ideia de que a rivalidade entre o Sporting e o Benfica da metrópole se replicava em todo o espaço português (ao tempo, aplanara-se as diferenças jurídicas, mantendo-se apenas a ideia de metrópole e de ultramar), é possível que o Benfica fosse encarado como o clube de fora.

Dada a ligação ao Sporting de Portugal, a existência do Sporting reproduzia em parte esta lógica de réplica de uma identidade metropolitana. Todavia, guiado por ilhéus, afirmava uma identidade local e, no âmbito da competição racial e social subsumida ao desporto, afirmava a capacidade daqueles. Tinha poucos jogadores brancos, conquanto os treinadores fossem europeus. É certo que o Sporting granjeou a fama de clube da terra mas nem por isso se constituía só de *filhos da terra*.

Do ponto de vista da relação entre anti-colonialismo, clubes e afirmação social e política, a pergunta pertinente à luz da actividade dos clubes prende-se com o enraizamento e a operacionalidade da aludida consciência anti-colonial.

Nas suas actividades sociais – com destaque para os bailes, exemplo quase sempre trazido à colação –, o Sporting segregava segundo critérios que podiam obstar à presença de brancos ou que obrigavam estes à deferência para com os ilhéus, dirigentes e sócios do Sporting. No campo desportivo, era procurado pelos *filhos da terra* e raramente recrutava jogadores brancos. Em todo o caso, é difícil aceitar que tais padrões de actuação resultassem necessariamente de propensões anti-colonialistas dos seus membros.

O Sporting era eclético, com o que recuperava uma dimensão cultural das associações de outrora. Será em parte por essa vertente da sua actividade que se atribui ao Sporting uma acção atinente ao despertar em vários estratos sociais do “sentimento nacionalista e de repulsa pelo colonialismo”, mormente por força do desempenho dos conjuntos musicais, como, por exemplo, o *Conjunto Leonino*.

Acerca do Sporting, mais do que de resistência, talvez se deva falar de afirmação social dos *filhos da terra*, por exemplo, da sua ostentada civilização através de práticas desportivas às quais, cumpre dizer, não aderiam por serem impostas ou induzidas pelo colonialismo, mas por conterem uma dimensão apelativa enquanto actividade lúdica e signo de modernidade. Porventura, essa afirmação social não teria outras implicações políticas que as da reivindicação (subliminar) da igualdade de capacidades e de direitos relativamente aos colonos, não só no campo desportivo, como também no desempenho social.

Face à prática usual noutros clubes, não seria menor sinal de igualdade o facto de o Sporting poder seleccionar as entradas nas suas actividades sociais, mormente nos seus bailes, onde, tal como nos bailes de outros clubes – de brancos ou tidos como tais, podemos-lo supor –, só se entrava sendo sócio (*era um clube!*, foi-nos dito por um antigo sócio) ou convidado, regra que valia para brancos e negros. O poder conviveria bem com essa cláusula, que, no conjunto dos testemunhos de antigos sócios e desportistas do Sporting, aparece mais amiudadamente referida do que a animosidade ao colonialismo.

De acordo com a politização (a posteriori, pelo menos) de todas as facetas da vida social, é muito frequente a asserção de que o desporto era um campo da luta de libertação e dos movimentos independentistas. Também veiculada a propósito do arquipélago e, em especial, do Sporting, tal leitura carece, como já dissemos, de escrutínio e de comprovação.

Ao invés do sucedido nalguns clubes em Angola, não parece que em São Tomé os clubes fossem um aparato legal para mascarar a acção contestatária e subversiva. Menos ainda um ponto de passagem para a assunção de posições nacionalistas consequentemente firmadas.

Apesar de ter merecido pouca atenção, o estudo do desporto em São Tomé e Príncipe afigura-se relevante, se não pelo que ele indicia acerca da consciencialização política e social dos ilhéus, ao menos pelo que revela da evolução da administração política e social da colónia e das respostas dos actores locais, sobretudo de colonos e ilhéus, num tempo de mudanças, as quais, para a maioria de uns e de outros, seriam mais intuídas do que claramente percebidas.

BIBLIOGRAFIA

- Bittencourt, Marcelo, 2010, "Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola" [no prelo]
- Bragança, Albertino, 2005, *A música popular santomense*, São Tomé, UNEAS
- Chatterjee, Partha, 2004, *Colonialismo, modernidade e política*, Salvador, EDUFBA
- Coelho João Nuno, 2001, *Portugal a equipa de todos nós: Nacionalismo, futebol e media. A reprodução dos jornais desportivos*, Porto, Edições Afrontamento
- Dunning, Eric, 2003, "Sobre problemas de identidade e emoções no esporte e no lazer: comentários críticos e contra críticos sobre as sociologia convencional e configuracional de desporto e lazer" em *História. Questões e debates* nº39, Curitiba, Editora UFPR, pp.11-40
- Drumond, Maurício, 2008, *Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Péron*, Rio de Janeiro, Apicuri
- Fernandes, Gabriel, 2006, *Em busca da nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro
- Giulianotti, Richard, 2010 "The study of sport in the African Continent" [no prelo]
- Laban, Michel, 1997, *Mário Pinto de Andrade. Uma entrevista*, Lisboa, Sá da Costa
- Marivoet, Salomé, 2007, *Ética do desporto – princípios, práticas e conflitos. Análise sociológica do caso português durante o Estado Democrático do século XX*, dissertação de doutoramento, Lisboa, ISCTE
- Nascimento, Augusto, 2005, *Entre o mundo e as ilhas. O associativismo são-tomense nos primeiros decénios de Novecentos*, UNEAS
- _____, 2008, *Vidas de São Tomé segundo vozes de Soncente*, Mindelo, Ilhéu Editora